

O DESCOMPASSO ENTRE A ABORDAGEM DA LITERATURA NO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO

Cícera Alves Agostinho de Sá

Mestranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

ciceralvesdsa@gmail.com.br

INTRODUÇÃO

A formação de leitores literários críticos não vem se consolidando na escola pública brasileira, em razão de múltiplos fatores, dentre os quais destacamos o fato de as aulas de Literatura no Ensino Médio se voltar à abordagem dos elementos históricos que marcaram as produções de cada período literário, em detrimento da análise dos textos produzidos nesses contextos. É oportuno esclarecermos que não se trata de uma recusa ao estudo dos aspectos históricos que marcaram cada período literário, mas a defesa de que a escola priorize em sua atividade pedagógica a formação de leitores proficientes, com nível de criticidade fomentado pela análise de textos e obras literárias, sem jamais ignorar seu contexto de produção. Nesse contexto, a Matriz de Referência de Língua Portuguesa proposta pelo Ministério da Educação, a partir da reconfiguração do Exame Nacional do Ensino Médio em 2009, quando o mesmo passou a ser denominado Novo ENEM indica as habilidades que os estudos literários devem desenvolver no estudante ao longo dos três anos, as quais estão ancoradas na competência V dessa matriz: Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção. Com base na proposição das nove competências defendidas pelo referido documento, é oportuno que a escola minimize o tempo pedagógico destinado aos estudos literários, estabelecendo prioridades na abordagem das escolas literárias apresentadas pelo livro didático. Assim ocorrendo, o docente deve adotar um livro didático que utilize uma abordagem direta dos períodos literários, para que o foco dos estudos literários passe a ser a análise de textos e obras. Na ausência desse material adequado à abordagem literária proposta,

cabe ao mediador do processo ensino-aprendizagem estabelecer prioridades e estratégias adequadas ao processo de formação do leitor literário.

1. Percurso histórico-legal acerca do ensino de literatura no Brasil

A universalização da oferta do Ensino Médio aos cidadãos brasileiros consiste uma conquista recente, a qual foi oficializada a partir da promulgação a Lei 12.796/2013. Essa oferta, no entanto, não é suficiente para resolver o problema da evasão escolar e repetência que assola as escolas públicas de ensino médio distribuídas em todo o território nacional.

Muitos alunos abandonam a escola em razão da incapacidade cognitiva para compreender os conteúdos trabalhados pelo professor, situação decorrente do fato de ausência do hábito de leitura, bem como da limitação em compreender o contexto discursivo dos textos trabalhados pelo docente. Esse fato é ainda agravado pelo limitado espaço que a leitura ocupa no contexto escolar, já que os estudos literários têm como meta primordial a exposição dos fatos históricos que marcaram cada período literário, sendo que a leitura se restringe à preparação para resolução dos questionamentos definidos pelo professor como pertinentes à compreensão do movimento literário em foco.

No entanto, inoportuno seria creditarmos essa práxis inadequada exclusivamente ao docente, uma vez que a mesma contou com o amparo legal do Ministério da Educação antes e durante o período de vigência da Lei de Diretrizes da Educação Nacional 5.692/71, a qual legitimava a dicotomização da Língua Portuguesa em Língua e Literatura, de forma que os estudos literários se resumiam à abordagem dos fatos históricos que marcaram o período.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (1999, pág. 137), nesse período “A história da literatura costuma ser o foco da compreensão do texto; uma história nem sempre corresponde ao texto que lhe serve de exemplo. O conceito de texto literário é discutível.” Assim ocorrendo, muito tempo pedagógico do aluno era ocupado com atividades descontextualizadas, de forma que a leitura do texto literário seguia sendo realizada de forma mecanizada.

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.392/96, teoricamente essa divisão da língua materna em temas foi corrigida, no entanto da teoria à prática ainda se tem um percurso muito longo a ser trilhado. Considerando o fato de o livro didático dessa etapa ainda manter a referida dicotomização, a superação da

abordagem da língua materna em temas ainda demorará um tempo para se efetivar, embora os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio façam referência à defesa de CÂNDIDO(1995, pág. 249), na qual ele defende o ensino de literatura como fator indispensável ao processo de humanização, a qual pode ser justificada a partir do uso do seguinte argumento:

“Entendo aqui por humanização[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota da humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.”

Para cumprir com os objetivos aos quais a literatura se propõe, os PCN recomendam que não se deve sobrecarregar o aluno com informações sobre épocas, estilos, características de escolas literárias, dentre outros elementos que o professor explora até hoje.

2. Reflexões a respeito dos estudos literários no Ensino Médio

O foco deve ser a formação do leitor literário, ou seja, letrar literariamente o aluno, fazendo-o apropriar-se dos textos e contextos literários a partir do investimento sistemático na leitura por fruição, de forma que o educador tome ciência de que é essa ação que corroborará com o letramento do educando.

Adotamos nesse contexto, o conceito de letramento defendido por SOARES (), segundo o qual esse processo consiste no “estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita.” Podemos associar o letramento literário à condição de quem não apenas é capaz de ler poesia ou romance, mas deles se apropria por meio da experiência estética, fruindo-o.

Nesse contexto, os PCN defendem que as atividades implementadas pelo docente com o propósito de desenvolver o prazer estético devem estar, a princípio, associadas ao divertimento, ou atividades lúdicas, cedendo espaço à compreensão do texto literário, de forma que para isso a leitura deve apresentar-se como deglutível.

Em razão disso, é oportuno que os estudos literários contemplem, em sua base, textos elaborados em linguagem coloquial, identificados com frequência no contexto modernista, além daqueles produzidos pela cultura popular, em razão desses contribuírem de forma significativa com a fruição estética.

Tendo os estudantes se apropriado dos mecanismos que favorecem a compreensão dos textos que utilizam recursos mais próximos do seu contexto linguístico, o professor deve inserir textos mais densos, até atingir o nível erudito, em razão da compreensão desses exigir o domínio de mecanismos de letramento mais acurados.

Outra defesa dos PCN é que a leitura do texto literário se inicie de forma silenciosa, individual, concentrada e reflexiva. Esse momento solitário em que o leitor mantém o contato inicial com a obra é imprescindível, em razão da sensibilidade constituir a via de aproximação mais eficaz entre leitor e texto. Mediante o silêncio e o isolamento, a leitura individual propicia ao aluno a experiência literária com um texto que pode atingir a compreensão do seu nível de subjetividade de maneira inusitada, certamente de forma distinta da maneira como o colega o fez.

Como espaço preferencial de manifestação das diferenças, a escola, em todos os espaços que a constituem, pode propiciar o espaço-tempo da releitura da própria leitura por meio do confronto com a leitura do outro, que contribui com a potencialização do individual em lugar do coletivo. Concretizada a primeira etapa voltada à experiência individual com a leitura literária, abre-se o espaço primordial à leitura coletiva, que também é extremamente importante nesse contexto de reflexão-ação, o qual tem como foco principal a formação do leitor literário.

No entanto, promover atividades aleatórias de leitura literária, desconsiderando esse percurso sugerido por pesquisadores contribui para a aversão à leitura de textos e obras literárias, recorrente no período contemporâneo. É importante que o mediador do processo ensino-aprendizagem de língua materna, da qual a literatura é tema constituinte tome ciência de que o planejamento das aulas é um ato político, que tanto pode persuadir o aluno em aderir ao propósito implícito na abordagem do objeto de estudo, como também pode desencadear comportamentos adversos a essa proposição. Por conseguinte, deve o professor apropriar-se da premissa de que a reação do aluno vai depender da ação empreendida, sendo que é imprescindível está motivado para o trabalho para, a partir de então, motivar os demais.

Ao nos reportarmos às orientações legais que contemplam o ensino de literatura na educação básica, é importante destacar que nos últimos anos os órgãos oficiais defendem que esse se inicie com a abordagem das criações poéticas, dramáticas e ficcionais da cultura letrada, de forma que a história da literatura e seus estilos não constituam o centro desse momento inicial.

Todavia, essa mudança de paradigma de abordagem constitui um desafio ao professor que utiliza o livro didático como sua principal ferramenta de trabalho, já que o que esses priorizam é a fragmentação de trechos de obras ou a exposição de poemas isolados, considerados representantes exemplares de estilos literários que eles sequer conhecem o sentido literal da terminologia que os denomina.

Outra dificuldade comum a esse contexto é a utilização exclusiva do material ofertado pelo livro didático, de forma que esse deve ser complementado pela insubstituível leitura de obras literárias tanto em razão de sua abordagem historicista dos movimentos literários, como também em função de o aluno vivenciar leituras mais densas, de forma que o contato com a obra favorece essa experiência singular.

As obras literárias sugerem a liberdade de interpretação, pois propõem um discurso com inúmeros planos de leitura. Esses nos colocam diante das ambiguidades e das variadas possibilidades de realização da linguagem.

No entanto é inoportuno afirmar que a leitura literária pode ser realizada sem critérios, de forma que a compreensão fique a critério do leitor, visto o texto ou obra literária ser construído considerando fatores linguísticos, culturais e ideológicos que, por meio da leitura podem ser apreendidos.

Outro fator que contribui para a compreensão, segundo os PCN (1999, pág. 68) “Também conta a familiaridade que o leitor tem com o gênero literário, que igualmente pode regular o grau de exigência e de ingenuidade, de afastamento ou aproximação.” Assim sendo, o fortalecimento da dimensão formativa do leitor depende do planejamento docente, que deve pautar-se nas políticas educacionais vigentes, face à necessidade de se investir na formação do leitor literário que atenda ao perfil estabelecido pelas políticas educacionais contemporâneas.

3. Do ENEM ao Novo ENEM: percurso em construção

Em 1998, o Ministério da Educação instituiu o Exame Nacional do Ensino Médio, como uma das estratégias de instauração da Reforma Curricular para o Ensino Médio, por meio da qual os concluintes ou egressos dessa etapa, em caráter voluntário,

tinham acesso a indicadores de seu desempenho pessoal ao término da escolaridade básica, de forma que seu objetivo primordial era “ aferir o desenvolvimento das competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania.” (MEC/INEP, 1999,pág. 4)

No entanto, desde sua primeira aplicação, o exame vem contribuindo para a movimentação de ideias e implantação das políticas educacionais voltadas à etapa final da educação básica, sobretudo em razão de sua gradativa incorporação aos sistemas de acesso dos candidatos ao nível superior, de modo parcial ou integral, tanto em universidades públicas, como em particulares.

É importante destacar que, desde sua primeira edição, o exame conta com a parceria das Secretarias Estaduais de Educação e, em especial, das instituições de ensino superior que vem ampliando a utilização dos resultados como forma alternativa ou complementar aos seus processos de seleção. Nesse contexto, a utilização dos resultados do ENEM em processos seletivos para o ensino superior aponta a necessidade de as escolas adotarem novas estratégias que contemplem os aspectos interdisciplinar e contextual do conteúdo das disciplinas.

Em 1999, em razão do advento do exame, as disciplinas da Base Nacional Comum foram organizadas em três áreas do conhecimento, conforme orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de forma que no tema literatura foi incorporada à área Linguagens e Códigos e suas Tecnologias. No entanto, tivemos uma década de muita discussão e tímidas mudanças efetivas no contexto da sala de aula, onde o professor continuou utilizando o livro didático, de forma que este continuava contemplando a abordagem dos aspectos históricos da literatura.

Em 2009, quando o Ministério da Educação instituiu o Novo ENEM, foi aprovada a Matriz de Referência para o ENEM 2009, sendo a mesma constituída por quatro matrizes distintas. Essas foram construídas a partir da nova forma de organização das competências e habilidades previstas para cada área, sendo que a competência V: “Analisar, interpretar e aplicar recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.” apresenta os princípios gerais que se espera que o aluno tenha consolidado ao final da educação básica em relação ao estudo da literatura.

Nesse contexto, a reconfiguração do processo ensino-aprendizagem perpassa pela redução do currículo enciclopédico, que cede espaço às competências e habilidades ancoradas em conteúdos significativos. Essa depende ainda da utilização de estratégias

de ensino diversificadas, que valorizem em menor proporção a memória e promovam tanto o raciocínio, como o desenvolvimento das competências cognitivas superiores.

No âmbito das competências se situa o letramento, o qual pode ser fomentado por meio da leitura literária por fruição, que precisa ser trabalhada de forma sistemática, partindo de textos e obras literárias, considerando a proposta de abordagem contextualizada e interdisciplinar dos conteúdos defendida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

É ainda oportuno estimular procedimentos e atividades que permitam ao educando reinventar o conhecimento pela experimentação, por meio da execução de projetos e pelo protagonismo em situações sociais. Essa orientação se aplica ao estudo da literatura, pois permite ao aluno vivenciar situações e contextos típicos conhecidos a partir dos estudos realizados, no sentido de garantir que o mesmo, além de ler e compreender o texto possa interpretá-lo, imprimindo-lhe assim sua forma peculiar de compreensão. Essa é mais uma possibilidade de abordagem da competência pela escola.

Considerando a orientação defendida pelas diretrizes, a organização dos conteúdos de ensino em áreas interdisciplinares, bem como o tratamento dos conteúdos de ensino de modo contextualizado para atribuir significado ao apreendido evidencia a importância de se re(significar) a abordagem da literatura no ensino médio, onde o texto e a obra devem ser o foco do processo ensino-aprendizagem, favorecendo assim a consolidação das competências e habilidades propostas na Matriz de Referência da área de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias.

4. Análise contextualizada das habilidades propostas na competência V

Determinar a exposição dialogada do foi e vem sendo feito nas aulas de literatura constitui o cerne desta pesquisa, no entanto não seria pertinente apenas analisarmos as proposições que apontam a necessidade de adequá-la ao novo contexto educacional, o qual tem como norte o Novo ENEM, sem antes contextualizá-la.

Abordados parte dos encaminhamentos teóricos e estratégicos que justificam a importância de re(significá-la), o contexto é oportuno para que analisemos proposições de questões aplicadas em edições do Novo ENEM, as quais irão justificar porque é imprescindível alterar o percurso do processo ensino-aprendizagem de literatura no ensino médio, tendo como foco a consolidação da competência V que pormenoriza a importância da leitura dotada de compreensão.

Já a questão de número 101, aplicada no caderno amarelo da edição 2011, apresentada abaixo, constitui um exemplo característico da habilidade 16 – “Relacionar informações sobre concepções artísticas e procedimentais da construção do texto literário.”

QUESTÃO 101

TEXTO I

O meu nome é Severino,
não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos,
que é santo de romaria,
deram então de me chamar
Severino de Maria;
como há muitos Severinos
com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias,
mas isso ainda diz pouco:
há muitos na freguesia,
por causa de um coronel
que se chamou Zacarias
e que foi o mais antigo
senhor desta sesmaria.
Como então dizer quem fala
ora a Vossas Senhorias?

NELO NETO, J. C. *Obras completas. Rio de Janeiro: Agalax, 1994 (fragmento).*

TEXTO II

João Cabral, que já emprestara sua voz ao rio, transfere-a, aqui, ao retirante Severino, que, como o Capibaribe, também segue no caminho do Recife. A autoapresentação do personagem, na fala inicial do texto, nos mostra um Severino que, quanto mais se define, menos se individualiza, pois seus traços biográficos são sempre partilhados por outros homens.

SECCHIN, A. C. *João Cabral: a poesia do moror. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999 (fragmento).*

Com base no trecho de *Morte e Vida Severina* (Texto I) e na análise crítica (Texto II), observa-se que a relação entre o texto poético e o contexto social a que ele faz referência aponta para um problema social expresso literariamente pela pergunta “Como então dizer quem fala / ora a Vossas Senhorias?”. A resposta à pergunta expressa no poema é dada por meio da

- A descrição minuciosa dos traços biográficos do personagem-narrador.
- B construção da figura do retirante nordestino como um homem resignado com a sua situação.
- C representação, na figura do personagem-narrador, de outros Severinos que compartilham sua condição.
- D apresentação do personagem-narrador como uma projeção do próprio poeta, em sua crise existencial.
- E descrição de Severino, que, apesar de humilde, orgulha-se de ser descendente do coronel Zacarias.

A abordagem das concepções artísticas e procedimentais do texto literário devem ser contempladas pelo professor, no entanto essa abordagem deve ser aliada aos textos e obras que estão sendo contempladas nas leituras, sem que haja a necessidade de se realizar um levantamento descontextualizado para somente atender a esse propósito, uma vez que essa ação implicaria em prejuízo de tempo para o aluno que deve ter seu tempo pedagógico ocupado com atividades significativas, conforme defesa dos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

A questão 129, do caderno azul da prova do ENEM aplicada em 2010 ilustra a habilidade 16 da Matriz de Referência da área Linguagens e Códigos e Suas Tecnologias – “Reconhecer a presença de valores sociais e humanos atualizáveis e permanentes no patrimônio literário nacional.”

Questão 129

Negrinha

Negrinha era uma pobre órfã de sete anos. Preta? Não; fusca, mulatinha **escura**, de cabelos ruços e olhos assustados. Nasceu na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos vivera-os pelos cantos escuros da cozinha, sobre velha esteira e trapos imundos. Sempre escondida, que a patroa não gostava de crianças. Excelente senhora, a patroa. Gorda, rica, dona do mundo, amimada dos padres, com lugar certo na igreja e camarote de luxo reservado no céu. Entaladas as banhas no trono (uma cadeira de balanço na sala de jantar), ali bordava, recebia as amigas e o vigário, dando audiências, discutindo o tempo. Uma virtuosa senhora em suma – “dama de grandes virtudes apostólicas, esteio da religião e da moral”, dizia o reverendo. Ótima, a dona Inácia. Mas não admitia choro de criança. Ah! Punha-lhe os nervos em carne viva.

[...]

A excelente dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças. Vinha da escravidão, fora senhora de escravos – e daquelas ferozes, amigas de ouvir cantar o bolo e estalar o bacalhau. Nunca se afixera ao regime novo – essa indecência de negro igual.

LOPES, M. Negrinha. In: MORAES, I. Os sete melhores contos brasileiros do século. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000 (fragmento).

A narrativa focaliza um momento histórico-social de valores contraditórios. Essa contradição infere-se, no contexto, pela

- falta de aproximação entre a menina e a senhora, preocupada com as amigas.
- receptividade da senhora para com os padres, mas deslegante para com as beatas.
- ironia do padre a respeito da senhora, que era perversa com as crianças.
- resistência da senhora em aceitar a liberdade dos negros, evidenciada no final do texto.
- rejeição aos criados por parte da senhora, que preferia tratá-los com castigos.

Os estudantes precisam compreender que os valores humanos e sociais são representados nas obras literárias conforme o contexto histórico vigente preconiza. Assim ocorrendo, no contexto atual, jamais seria considerada produção literária um texto a exemplo do apresentado acima, cujo contexto discursivo confirma um forte viés de preconceito racial e social contra a protagonista, em razão de ser negra e pobre. No entanto, a partir da análise das produções literárias de outros períodos, o aluno compreenderá que nem sempre essas práticas foram abominadas como o são hoje, sendo que a produção depende do contexto histórico, social, ideológico e econômico no qual a produção foi realizada.

CONCLUSÃO

Os questionamentos recortados do Novo ENEM, utilizados nesta pesquisa, com o propósito de justificar a defesa dos documentos oficiais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de que

é preciso adequar a abordagem da literatura no contexto escolar às avaliações externas, uma vez que essas valorizam a abordagem interdisciplinar e contextual dos movimentos literários evidenciam as disparidades marcantes entre a proposição de atividades do livro didático e a necessidade de desenvolver as competências e habilidades abordadas propostas na Matriz de Referência da área de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, da qual a literatura é componente curricular, constituindo o tema central da competência V, bem como das habilidades 15, 16 e 17. Nesse contexto, a escola precisa adequar sua práxis a esse novo contexto de proposição de abordagem da literatura, o qual se realiza a partir da valorização da leitura, a fim que o educando possa atingir o letramento literário, condição imprescindível para que o mesmo desenvolva as habilidades propostas na referida matriz. No entanto, para a concretização desse propósito, não basta que o professor introduza a resolução de questões do exame no cotidiano das aulas, mas que ele invista na leitura de textos e obras, sempre considerando importante a possibilidade de partir do regional ao erudito. Além disso, é pertinente garantir que a leitura individual anteceda a coletiva em sala de aula, a fim de que o silêncio e o isolamento garantam a aproximação eficaz entre o leitor e o texto, favorecendo assim a consolidação do perfil do leitor proficiente se exige nesse novo contexto educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB 15/18. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, Ministério da Educação, 1999.

_____ ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio- Documento Básico 2000. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5.692/71. Brasília: Ministério da Educação, 1971.

_____ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____ Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRUZEN, Clécio. O Livro Didático de Português como Gênero do Discurso: Implicações Teóricas e Metodológicas. IEL/UNICAMP. Endereço eletrônico: http://www.letramento.iel.unicamp.br/portal/wpcontent/uploads/2009/07/artigo_clecio.pdf - Acessado em 10/09/2014.

<http://inep.gov.br/web/enem/edicoes-antiores/provas-e-gabarito>

POLON, Thelma. Currículo e Educação Científica no Ensino Médio. Ceará: Secretaria Estadual de Educação, 2011.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2003.